TL 1880-2

2º CURSO DE INTRODUÇAO Á INDONESIA E

TIMOR LESTE

(componente nacional)

1ª LIÇÃO

2ª Parte

ACTUALIDADE

OS OCUPANTES DE TIMOR JÁ COMEÇARAM A RETIRAR-SE?

UNIVERSIDADE DE COIMBRA: 1994.10.24

UNIVERSIDADE DO PORTO: 1994.10.26

UNIVERSIDADE DE LISBOA: 1994.10.29

A. BARBEDO DE MAGALHÃES

Professor Catedrático , Universidade do Porto

COMISSÃO ORGANIZADORA DAS JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

FEUP - Rua dos Bragas - 4099 Porto Codex

Fax: 351 - 2 - 200 21 48 Tel.: 351 - 2 - 204 17 10 / 204 17 56

OS OCUPANTES DE TIMOR JÁ COMEÇARAM A RETIRAR-SE?

1.1 - AFINAL QUEM É QUE INVADIU E QUEM É QUE OCUPA TIMOR LESTE?

1.1.1 - O Contexto Geopolítico Internacional criou condições para a invasão e anexação de Timor Leste pela Indonésia

(*Timor Leste, Ocupação Indonésia e Genocídio.* A. Barbedo de Magalhães - Ed. Universidade do Porto, 1992 - p.13,14 e 15)

Em 17 de Abril de 1975, caía no Cambodja o regime de Lon Nol que tinha chegado ao poder em 1970 com o apoio americano. Com a tomada de Phnom Penh pelos Kmer Vermelhos, instalava-se o regime comunista de que Pol Pot se tornaria, em 1976, o homem forte.

Cerca de duas semanas depois, em 30 de Abril, cai Saigão em poder dos comunistas vietnamistas.

Dois anos antes, em 1973, o movimento comunista Pathet Lao formara um gabinete de coligação com o anterior governo de Vienciana e levara já à expulsão do Laos dos "*conselheiros*" norte-americanos e das tropas tailandesas. Em Abril de 1975, o Pathet Lao toma conta do poder sozinho, e em 1 de Dezembro acaba com a monarquia e transforma o país na República Democrática Popular Lao.

Este avanço comunista na Indochina, onde os Estados Unidos se tinham envolvido tão fortemente, quer política quer militarmente, e de que a derrota no Vietnam constituíu um estigma, deixou os norte-americanos traumatizados e os países ocidentais e da ASEAN, assim como a Austrália e o Japão, fortemente preocupados.

Para reforçar estas preocupações, no "*Corno de África*" e na África Austral a evolução também não era favorável ao Ocidente.

Com efeito, em Setembro de 1974 cai Hailé Selassié, imperador da Etiópia, e, em 1975, Angola e Moçambique chegam à independência com regimes marxistas.

Neste quadro, o regime militar do General Suharto, que tinha liquidado um dos maiores partidos comunistas do mundo, o PKI (Partido

Comunista Indonésio) ao subir ao poder, na sequência do golpe de 30 de Setembro de 1965, surgia assim como a maior barreira ao avanço comunista na região e um pilar essencial na defesa dos interesses ocidentais. O facto do PKI ter sido um partido pró-chinês e de Jakarta ter mantido boas relações com Moscovo (embora as cortasse com Pekin) a seguir ao golpe de 1965, tornava o bloco de leste, liderado pela URSS, prudente e compreensivo para com o Governo Indonésio.

Além disso, já se sabia na altura que o Mar de Timor, entre Timor Português e a Austrália, era muito rico em petróleo. Nas negociações que em 1974/75 estavam a decorrer entre Portugal e o Governo Australiano para delimitar a fronteira marítima, este último não estava a conseguir tanto quanto desejava. Daí que o seu embaixador em Jakarta lembrasse, em telegrama para o Governo de Camberra, que essa fronteira "*seria mais facilmente negociável com a Indonésia, encerrando o presente, do que com Portugal ou com Timor Português independente*".

Foi neste contexto que de 6 a 8 de Setembro de 1974, reuniram em Wonosobo, na ilha de Java, o General Suharto, Presidente da Indonésia, e o Primeiro Ministro Australiano, Gough Whitlam. No final da reunião, a imprensa internacional noticiava o "*apoio australiano à integração na Indonésia*" afirmando que "*o Governo Australiano considera que esta solução para a ilha de Timor asseguraria uma maior estabilidade na região*".

Curiosamente, foi só depois de ser conhecida publicamente esta posição australo-indonésia que a ASDT (Associação Social-Democrata Timorense) se transformou, em 11 de Setembro de 1974, num movimento mais radical, a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente). Habilmente utilizada pela Indonésia, a nova designação da ex-ASDT e a linguagem marxista de alguns quadros intelectuais da Frente, permitiu acenar ao Mundo com o perigo da instauração de um regime comunista em Timor Leste, conquistando assim o apoio ocidental à sua política anexionista.

Em Julho de 1975, o Embaixador do Reino Unido em Jakarta, em relatório para o Ministro dos Negócios Estrangeiros Britânico, escrevia:

"*Sem dúvida, visto daqui, é do interesse britânico que a Indonésia absorva o território logo que possível e com o mínimo de espalhafato; e se se chegar a uma situação em que haja problemas nas Nações Unidas, devemos manter a cabeça baixa e evitar tomar uma posição contra o governo da Indonésia*"..

E, enquanto a Embaixada dos EUA recebia instruções de Kissinger para não se envolver em discussões sobre Timor Leste com os indonésios, e para cortar as referências ao território nos seus relatórios, o embaixador americano (Newson) comentava:

"*Se a Indonésia deseja intervir, os Estados Unidos esperam que o faça «eficazmente, rapidamente e que não utilizem o nosso equipamento»*".

Em 5 e 6 de Dezembro de 1975, o Presidente Gerald Ford dos Estados Unidos da América, e o seu Secretário de Estado Henry Kissinger, estiveram em Jakarta, onde terão assegurado ao General Suharto que os fornecimentos de armas americanas não seriam afectados pela acção militar que iria ser desencadeada no dia seguinte ao da sua partida.

Como revelaria a revista The Nation, cerca de quinze anos mais tarde, a grande preocupação do Secretário de Estado, Prémio Nobel da Paz e grande estratega americano, não foi evitar a invasão ou, sequer, impedir o uso de armamento americano na agressão indonésia a Timor Leste, mas evitar que a opinião pública se apercebesse do envolvimento americano e que o Congresso dos Estados Unidos reagisse cortando o apoio militar à potência invasora...

De facto, na invasão foram empregues não só aviões de transporte militar Hércules de fabrico americano, mas também muito outro equipamento fornecido pelos EUA. No ano seguinte, a administração americana duplicava o apoio militar à Indonésia. Em Setembro de 1976, fornecia-lhe os primeiros aviões Bronco OV-10, especialmente concebidos para a luta contra insurreições. Foi com estes aviões, com helicópteros americanos concebidos para a guerra no Vietnam e com equipamentos militares fornecidos também por outros estados pretensamente defensores dos direitos humanos (Reino Unido, França, Alemanha, Holanda...), que as Forças Armadas Indonésias arrasaram centenas de aldeias timorenses e praticaram um autêntico genocídio do Povo Maubere...

1.1.2 - A Comunidade Internacional tem enormes responsabilidades na invasão e ocupação de Timor Leste

(Tribunal Permanente dos Povos - Sessão Sobre Timor Leste, Lisboa 19/21 de Junho de 1981 - Sentença - p.34 a 43)

A — O Governo dos Estados Unidos

1.º — Considerações gerais

A agressão indonésia a Timor, em razão das graves e flagrantes violações dos princípios mais elementares que regem as relações internacionais, levanta o problema da responsabilidade de outros governos e principalmente dos que têm consideráveis interesses na região.

Com efeito, num mundo dominado pela inter-dependência das nações e pela política de blocos e numa região onde as relações internacionais são definidas por uma estreita rede de alianças e acordos militares, a intervenção da Indonésia não pode ser considerada como o resultado duma decisão tomada isoladamente pelo Governo deste país. Assim se põe em primeiro lugar o problema do papel representado pelos Estados Unidos, potência económica e hegemónica na região.

Sobretudo a partir de 1945, seguindo uma linha já esboçada no princípio do século, os dirigentes políticos e os homens de negócios dos Estados Unidos consideram o Sudeste Asiático como uma fonte importante de recursos de matérias-primas e, mais tarde, de mão-de-obra. Além disso, os dirigentes militares americanos atribuem-lhe uma importância primordial no quadro da estratégia global do afrontamento Este-Oeste.

É nesta lógica — visando apoderar-se das riquezas do Sudoeste Asiático, construir aí alianças anti-comunistas, manter o preço das matérias-primas ao nível mais baixo, controlar as rotas marítimas estratégicas assim como os outros objectivos militares — que pode inscrever-se a ajuda ao regime colonial francês na Indochina, mais tarde a intervenção no Vietname, assim como as iniciativas para derrubar o regime de Sukarno na Indonésia.

Depois do derrube de Sukarno, a Indonésia tornou-se a ponta de lança da estratégia norte-americana no Sudoeste Asiático e o Governo americano assegurou ao novo regime militar fornecimentos de armas cada vez mais consideráveis, assim como uma ajuda económica massiva. Assegurou além disso, a formação de oficiais e quadros da polícia indonésia para poder contar com pessoal administrativo fiel e competente.

Entre 1967 e 1974, Washington forneceu a Jakarta 1,5 biliões de dólares sob a forma de ajuda económica e mais de 94 milhões de dólares sob a forma de ajuda militar.

Estreitam-se os laços políticos entre os dois países e neste contexto dificilmente se imagina que a decisão de agressão indonésia a Timor-Leste tenha sido tomada sem o consentimento dos Estados Unidos.

Este pressuposto de ordem geral foi confirmado por uma série de factos precisos apresentados ao Tribunal.

2.° — Intensificação das relações bilaterais

As relações bilaterais entre os Estados Unidos e a Indonésia intensificam-se à medida que se aproxima a data da invasão de Timor-Leste.

Em Julho de 1975, o presidente Suharto faz uma escala de cinco horas em Washington e recebe do presidente Ford a garantia de que os Estados Unidos têm a firme intenção de aumentar a ajuda militar à Indonésia. Depois desta visita, Suharto declara pela primeira vez em público que se opõe à independência de Timor-Leste.

A visita de uma delegação indonésia aos Estados Unidos, de 14 a 23 de Outubro de 1975, foi particularmente importante. O chefe da delegação é o major-general Ali Murtopo, sub-chefe dos Serviços Secretos do presidente Suharto, que, mais tarde, irá desempenhar um papel decisivo no plano de invasão de Timor-Leste, e que é hoje o ministro da Informação.

Finalmente, a 6 de Dezembro de 1975, o presidente Ford e o secretário de Estado Kissinger são recebidos em Jakarta. A 7 de Dezembro, doze horas após este encontro, a agressão começa.

Um telegrama publicado nesse mesmo 7 de Dezembro pelo «Los Angeles Times» traz uma declaração de Kissinger à imprensa de Jakarta. Segundo este telegrama, Kissinger teria afirmado que os Estados Unidos não reconhecerão a República Democrática de Timor-Leste e que «compreendem a posição da Indonésia sobre a questão».

3.° — O aumento da ajuda militar

A implicação dos Estados Unidos na agressão a Timor-Leste fica provada melhor ainda pelo exame dos dados que quantificam a ajuda militar americana à

Indonésia, cujo poder militar depende quase totalmente dos Estados Unidos. Tudo leva a crer que esta ajuda aumenta consideravelmente na segunda metade de 1975, visto que, após a queda do regime de Lon Nol no Camboja, o presidente Ford decide transferir para a Indonésia uma parte — cujo montante nunca foi revelado — dos 475 milhões de dólares do fundo de urgência destinado ao Camboja.

De qualquer modo, os Estados Unidos deram ao Governo indonésio, durante 1975, uma ajuda militar superior em 450% à do ano anterior. O material fornecido destinava-se a Timor-Leste e continha especialmente 16 aviões anti-guerrilha OV-10, 45 carros blindados V-150 e três aviões de transporte C-130.

Segundo uma fonte militar americana, o almirante La Roque, «os Rockwell OV-10 são particularmente importantes para os indonésios. São aviões que se deslocam a pequena velocidade, especialmente concebidos para missões anti-guerrilha contra um inimigo que não dispõe de defesa anti-aérea» e «os carros blindados V-150 são muito eficazes nas operações anti-guerrilha onde o inimigo não tem senão armamento ligeiro».

Durante o ano de 1976, a ajuda militar americana aumenta ainda mais e atinge o valor de 54 milhões de dólares. O aumento continua durante os anos seguintes e, segundo o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, a assistência militar fornecida à Indonésia, desde a agressão contra Timor-Leste até 1979, atinge e ultrapassa os 250 milhões de dólares (Departamento Americano de Defesa, *As vendas militares ao estrangeiro e dados sobre a assistência militar,* Washington, Dezembro 1979).

É unicamente graças a esta ajuda massiva que o exército indonésio, que ao longo de todo o ano de 1976 e durante uma grande parte de 1977 não controlava senão a capital Dili e a zona costeira, desencadeia com sucesso uma ofensiva militar em todo o território de Timor-Leste e consegue expulsar das montanhas mais de 200 000 timores, no quadro da operação «Search and Destroy» (cerco e aniquilamento), tal como é relatada pelo «New York Times», de 19 de Abril de 1978.

Tais operações efectuam-se com a ajuda de aviões 4 Skyhawk e helicópteros Bell, entregues pelos Estados Unidos em 1977-78: provocam a destruição total das colheitas e de todos os recursos alimentares. Lançam na forme centenas de milhares de timores.

Deve sublinhar-se que a maior parte deste material foi entregue aos indonésios na sequência dos compromissos tomados pelo vice-presidente dos Estados Unidos, Mondale, aquando da sua visita à Indonésia em fins de 1977.

4.° — O apoio diplomático e a propaganda a favor da Indonésia

Na frente diplomática, o governo dos Estado Unidos desenvolve uma acção intensa para dar cobertura à agressão Indonésia. A partir dos debates que precederam o voto da resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas a 1 de Dezembro de 1976 exigindo a retirada das tropas indonésias do território de Timor-Leste, os Estados Unidos alinham completamente pelas posições da Indonésia e votam sistematicamente contra todas as resoluções a favor da auto-determinação e da independência de Timor-Leste.

Em conformidade com esta atitude, os representantes dos Estados Unidos tentaram sempre minimizar o problema de Timor-Leste, declarando repetidamente que este país fazia parte da Indonésia e que o problema não consistia em ver se «as normas internacionais de conduta ou os princípios internacionais tinham sido violados», mas antes em aceitar o facto consumado, tendo os Estados Unidos «reconhecido do ponto de vista político a anexação de Timor-Leste e a legitimidade do exercício da soberania por parte do Governo indonésio» (George H. Aldrich Hearing, Junho-Julho 1977).

Mais ainda, o porta-voz do Governo americano tenta constantemente desviar a atenção da opinião pública americana das responsabilidades da Indonésia, atribuindo as perdas de vidas humanas ao conflito armado entre a FRETILIN e a UDT e fazendo silêncio total sobre as destruições das aldeias e das culturas, sobre os massacres, sobre as devastações causadas na população pelas campanhas de 1977-78.

É preciso notar que o embaixador dos Estados Unidos na Indonésia esteve de visita a Timor-Leste em Setembro de 1978.

Constituindo tais elementos indícios unívocos e concordantes, o seu conjunto representa aos olhos do Tribunal a prova de que o Governo dos Estados Unidos favoreceu e apoiou a agressão da Indonésia contra Timor-Leste.

5.° — Os motivos do apoio dado pelos Estados Unidos à agressão indonésia

A atitude americana em relação a Timor-Leste situa-se na quadro da política

externa deste país que subordina sistematicamente as exigências e os direitos de todos os outros povos aos interesses da sua política imperialista. No caso de Timor-Leste, razões de ordem estratégica, política e ideológica levam a que se afigure perigosa para os Estados Unidos a formação de um Estado livre e independente nesta região do globo.

Timor-Leste reveste-se de uma importância estratégica crucial em razão da sua situação geográfica. Com efeito, a rota mais directa na ligação das duas bases navais americanas de Guam e de Diego Garcia é a que passa pelo estreito de Sonda, controlado pela força que ocupa o poder em Timor-Leste.

Além destas razões estratégicas e militares, torna-se intolerável para os Estados Unidos que um país, nesta região do mundo, possa construir o seu próprio destino de maneira autónoma em relação ao imperialismo, fora do controlo dos Estados Unidos e dos seus gendarmes locais; torna-se intolerável para os Estados Unidos que possa existir um Estado independente, seguindo um modelo socio-económico diferente daqueles que o imperialismo cultural do Ocidente impõe ou pretende impor aos países em desenvolvimento.

É evidente que um tal Estado, embora pequeno, pobre, pacífico e desarmado, poderia constituir um germe explosivo de desintegração do sistema de dominação imperialista, porque poderia tornar-se um exemplo para as dezenas de milhões de pessoas que constituem a população camponesa explorada e, potencialmente, rebelde, do Terceiro Mundo e designadamente desta parte do globo.

O primeiro país ameaçado por uma tal realidade seria a Indonésia, cujas vastas massas rurais são oprimidas pelos generais de Jakarta. Realizar não longe das suas fronteiras um diferente modo de vida e de relações humanas não poderia deixar de ter repercussões não só na Ásia, mas também na África e na América Latina, mesmo às portas dos Estados Unidos.

Deste ponto de vista, a tese do perigo comunista e de desestabilização representadas por um Timor-Leste livre, é análoga à tese defendida pelo Governo dos Estados Unidos a propósito de El Salvador. Porque, na linguagem diplomática americana, é comunista tudo o que possa pôr em risco o controlo do imperialismo sobre os povos e tudo o que seja susceptível de criar falhas no sistema de dominação dos Estados Unidos.

Paradoxalmente, até a pequenez e o afastamento geográfico de Timor-Leste

reforça o potencial explosivo que representaria um Estado livre nesta parte do mundo. Isso demonstraria que o projecto imperialista não é invencível e que os mitos e as esperanças acalentados por grande parte da humanidade podem ser transformados em realidade concreta, mesmo nas situações mais difíceis e mais afastadas da solidariedade anti-imperialista.

Do mesmo modo, a tese da inviabilidade económica de Timor-Leste reflecte, por um lado, um imperialismo cultural dominado pelo mito do industrialismo totalizante; e reflecte, por outro lado, o medo de que o êxito de uma experiência original, desenrolando-se fora das balizas traçadas pelo imperialismo, representasse um desafio insuportável para o modelo que ele impõe.

B — O Governo australiano

As considerações acima expostas explicam de modo suficiente o empenhamento dos Estados Unidos na agressão a Timor-Leste, mas põem também em evidência a atitude para com o drama do povo maubere de todos os países ligados ao imperialismo norte-americano. Entre estes, é de mencionar em primeiro lugar a Austrália que, pela sua posição geográfica, é directamente interessada na situação em Timor-Leste. Os relatórios apresentados ao Tribunal evidenciaram que a Austrália outorgou à Indonésia, depois da invasão de Timor, um auxílio militar no valor de 35 milhões de dólares. Nenhuma garantia foi pedida quanto à utilização deste auxílio. Os mesmos relatórios indicaram como elemento constante da política externa australiana a busca de um entendimento cada vez mais estreito com o regime de Jakarta.

Foi assim que, já no início de 1973, o primeiro-ministro do Governo australiano, nessa altura, o trabalhista Gough Whitlam, declarava a propósito da Indonésia:

> «O futuro dos nossos dois países está ligado para sempre e as nossas relações tornar-se-ão um factor crucial na determinação do futuro da nossa região até ao fim do século» (Hyde, *The Asian Connection,* p. 61).

O mesmo Whitlam, em 1975, rejeitou a proposta portuguesa que preconizava a convocação pela Austrália das partes beligerantes com vista à solução do conflito — e isso não obstante a oposição do Departamento dos Negócios Estrangeiros do seu Governo e de uma parte considerável da opinião pública australiana.

A mesma linha foi seguida pelo Governo liberal que sucedeu ao Governo trabalhista. Com efeito, em Janeiro de 1978, o primeiro-ministro Malcolm Frazer, reconhece «de facto» a anexação de Timor-Leste pela Indonésia. Doze meses mais tarde, este mesmo Governo estabelece negociações com a Indonésia a fim de determinar uma fronteira marítima entre Timor-Leste e a Austrália, o que implica o reconhecimento «de jure» da soberania que a Indonésia pretende exercer sobre Timor-Leste.

C — Os Governos pertences ao IGGI

O Tribunal tomou igualmente nota da posição de outros governos, cujos interesses na região são menos imediatos, mas que de maneira indirecta estão implicados na agressão indonésia. Trata-se designadamente dos seguintes países: Japão, França, Holanda, República Federal da Alemanha, Áustria, Nova Zelândia, Canadá, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália, Dinamarca e Suíça que, com os Estados Unidos e a Austrália, e também com a Banco Mundial e o Banco para o Desenvolvimento da Ásia, são membros do Grupo Inter-Governamental da Indonésia (IGGI), que de há dezasseis anos fornecem ao Governo da Indonésia uma ajuda financeira no valor de cerca de 2 biliões de dólares por ano, sob a forma de empréstimo a juros.

Estes empréstimos são especialmente destinados a projectos sociais contra a miséria e a subnutrição. Na prática, estes projectos não foram postos em prática e as massas rurais indonésias continuam a viver abaixo do nível de subsistência. E, mais do que isso, durante alguns anos as trocas da Indonésia com o estrangeiro registaram um saldo positivo, do qual, segundo os peritos, teria sido possível consagrar por ano, pelo menos, 6 biliões de dólares para o desenvolvimento do país. Esta possibilidade e o facto de, na sequência da ajuda fornecida pelo IGGI, a dívida exterior da Indonésia atingir actualmente cerca de 23 biliões de dólares, induziram peritos do Banco Mundial a levantar questões sobre a validade desta forma de ajuda, que, na realidade, parece ter sido utilizada sobretudo para aumentar a potência militar indonésia com a compra de um equipamento militar cada vez mais sofisticado.

Mesmo não sendo possível afirmar que a ajuda fornecida pelo IGGI foi *directamente* utilizada pelo governo indonésio na sua agressão contra Timor-Leste, é certo que *indirectamente,* esta ajuda contribuiu fortemente para que a agressão se tornasse possível. Em primeiro lugar, reforçou a capacidade de compra de equipamento militar sofisticado pelo Governo indonésio e, seguidamente, favoreceu o estabelecimento de laços entre o regime indonésio e as indústrias dos países membros da IGGI. Muitas vezes, estas indústrias, contrariando as legislações nacionais respectivas que proíbem a exportação de armas, obtêm as necessárias autorizações de exportação. Foi assim que o Governo britânico autorizou a exportação de aviões Hawk, a Austrália dos aviões Nomads e de land-rovers para a luta anti-guerrilha, a França vendeu helicópteros e a Alemanha submarinos, enquanto o Governo holandês autorizou a venda de Fokker para o transporte de tropas para Timor-Leste. Recentemente foram noticiados na Holanda novos contratos para a venda de aviões.

Entretanto, o principal fornecedor continua a ser os Estados Unidos, a sua indústria aeronáutica e, de maneira mais geral, o complexo militar-industrial americano. Assim, por exemplo, parece que um importante empréstimo do Banco Mundial destinado à transferência de camponeses da ilha de Java, super-povoada, para as ilhas periféricas, foi utilizado, em parte, para a compra de aviões Lockeed Hercules C-130, destinados ao transporte de tropas.

A política agressiva da Indonésia não é pois apenas o preço pelo imperialismo para manter o *statu quo* na região, mas torna-se uma componente do sistema, integrando-se de maneira coerente na éngrenagem económica, cujo funcionamento e desenvolvimento ele contribui para alimentar.

Os bons negócios, o desenvolvimento das indústrias, o nível de emprego, tornam-se as precauções fundamentais dos membros do IGGI. Isso explica que esses mesmos governos — alguns dos quais se abstiveram na votação sobre a resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre Timor-Leste, destacando-se o Governo holandês que preside à conferência anual do Grupo — não se preocupam em levantar a questão no seio da assembleia anual do IGGI, nem em exigir o fim da agressão como condição prévia ao prosseguimento do auxílio financeiro. Por outras palavras, o aniquilamento do povo maubere deve apagar-se perante as exigências dos negócios.

A crise do direito internacional e dos princípios da Carta das Nações Unidas revela-se então estreitamente ligada a um sistema económico que tem no imperialismo norte-americano o seu centro motor e nele encontra um baluarte que impede os outros países de tentar vias diferentes para uma nova ordem internacional.

Face a esta situação, a obrigação que cabe a todos os países do mundo de se oporem à destruição do povo maubere torna-se particularmente premente no que respeita aos países industrializados, aos quais é necessário exigir não só uma atitude clara no plano político e diplomático, mas também tomadas de posição coerentes nas instâncias económicas internacionais, tais como o IGGI, o Banco Mundial, o FMI, etc., e, de um modo mais geral, em todas as organizações por onde irradia a dominação do imperialismo à custa dos povos que procuram afirmar plenamente o seu direito a disporem de si mesmos.

1.2 - O COMEÇO DA RETIRADA?

1.2.1 - A retirada americana?...

O facto de dois jornalistas americanos Alain Nairn e Ami Goodman terem presenciado o massacre de Santa Cruz, terem sido espancados e feridos por militares indonésios e de Max Stahl ter filmado o massacre, levou a que, sete meses depois, e pela primeira vez, a Câmara dos Representantes norte-americana decidisse, em 25 de Junho de 1992, cortar um apoio de 2,3 milhões de dólares para a formação de militares indonésios nos EUA. Alguns meses depois (Outubro de 1992) o Senado, em conjunto com a Câmara dos Representantes, confirma o corte.

Ainda em Junho de 1992 são os "Mayors" dos EUA, reunidos em Houston, no Texas, que aprovam uma resolução apresentada por Dave Karp que exorta o Presidente dos EUA e o Congresso a manifestarem apoio claro à tomada de medidas que favoreçam a autodeterminação de Timor Leste.

O Presidente Clinton, por sua vez, alguns meses depois da sua eleição, no seu primeiro encontro com Suharto, no Japão, dedicou uma parte significativa do tempo a falar de Timor Leste, para grande aborrecimento e embaraço do General e Presidente indonésio. Em 1993 os EUA votam favoravelmente, pela primeira vez, uma resolução aprovada na Comissão dos Direitos Humanos da ONU a condenar a Indonésia.

Mais recentemente são as cartas de Congressistas, a pedir ao Presidente americano que na reunião da APEC, em Novembro, em Jakarta, não se esqueça de falar não só dos direitos humanos mas também do direito à autodeterminação de Timor Leste.

São sinais de uma evolução lenta, mas positiva e significativa, à qual as palavras recentes da Embaixadora Americana em Lisboa - ao falar numa solução que não ponha em causa a soberania indonésia sobre Timor Leste - acrescentam uma boa dose de ambiguidade, podendo ser interpretadas como uma provocação inaceitável, caso não sejam um aviso de que para os Estados Unidos o importante é, apenas, limpar a sua imagem e não resolver o problema de Timor de acordo com o direito internacional e as resoluções da ONU.

1.2.2 - Outras retiradas?...

O Papa ao falar, recentemente (94.10.05), das "legítimas aspirações" dos timorenses, em geral, e não apenas dos seus direitos humanos religiosos e culturais, como anteriormente costumava fazer, nas raras intervenções a propósito de Timor Leste, deixou no ar, juntamente com a ambiguidade das palavras, a esperança de que, no mínimo, Roma já não aposta apenas na integração, mas deixa no ar a hipótese de "aceitar" outras soluções...

Mais importante será, talvez, a resolução de 23 de Setembro do Partido Trabalhista Australiano (no Governo) que, no meio de um texto muito confuso, acaba por reconhecer o direito à autodeterminação depois de, durante tantos anos ter reconhecido, de facto e de jure, a integração de Timor Leste na Indonésia.

Poderia citar-se também, a prevista iniciativa do Governo do Japão de levantar a questão de Timor Leste na próxima reunião da APEC em Jakarta...

1.2.3 - A retirada da Indonésia?...

Na própria Indonésia, não só cidadãos ligados à defesa dos direitos humanos, mas até alguns militares começam a falar de autodeterminação. Outros, tentam manter tudo imutável, enquanto, ao nível do poder instituído, pelo menos sente-se e fala-se em mudar de actuação.

Para muitos tratar-se-á apenas de mudanças cosméticas. Para outros poderá tratar-se de algo mais profundo, passando pela autodeterminação. O facto de alguém lembrar que a Constituição Indonésia fixa as fronteiras, excluindo Timor Leste, poderá ser um sintoma...

1.2.4 - Mas retirada de quê?

É certo, por um lado, que a invasão e ocupação de Timor Leste, sendo materializada pelo Governo e pelas Forças Armadas da Indonésia, foi de facto fortemente apoiada, política e materialmente, pelos EUA, pela Austrália, pela Grã-Bretanha, pelo Japão, pela França, pela

Alemanha, etc. Deste modo os Governos "Ocidentais" tornaram-se eles também, invasores e ocupantes, por interposta Indonésia.

Nestas circunstâncias qualquer recuo do apoio dado à ocupação, é uma "retirada".

Mas põem-se naturalmente as perguntas:

- Retirada porquê?
- Retirada para quê?
- Retirada de quê?

A resposta à primeira pergunta, está na causa mobilizadora dos primeiros passos dados por diversos Governos no sentido da "retirada", e é a vergonha de se verem desmascarados e denunciado o seu envolvimento num crime contra a humanidade de contornos tão monstruosos. Enquanto a denúncia pública não foi feita, apesar dos Governos em causa estarem suficientemente informados, não mexeram "uma palha", encarregando os sus embaixadores, sempre que o julgaram oportuno, de mentirem tanto quanto necessário para manterem o seu crime encoberto.

Se é essa a motivação imediata, o objectivo da retirada é, apenas, limpar a sua própria imagem, deixando o odioso para os indonésios ou, porque não, para Portugal, que não descolonizou como devia, ou para os timorenses que se envolveram (ou deixaram envolver) numa guerra civil.

Nesse caso só se retiram da vergonha de verem o seu nome associado ao genocídio do Povo de Timor Leste. De bom grado aceitariam uma "ampla reconciliação" ou qualquer outro cenário que fizesse esquecer o passado e que calasse os protestos dos timorenses a quem seriam oferecidas pouco mais do que algumas melhorias económicas e de respeito pelos seus direitos humanos.

Sem esquecer que estes últimos são aspectos importantes, cruciais mesmo para tantos timorenses que vivem e sofrem horrores na sua Pátria, a pergunta que se põe é se isso é suficiente e deve contentar a Comunidade Internacional.

Poderia haver outra motivação para uma mudança mais radical:

- É que, sem resolver a questão de Timor Leste no respeito pelo direito à autodeterminação, não é possível haver abertura política na Indonésia. E sem abertura política, a Indonésia arrisca-se a acumular tensões até que uma explosão, pior do que a da ex-Jugoslávia, acabe por ocorrer.

Mas aqui, mais uma vez, Timor só será um obstáculo á abertura do regime, se o protesto internacional não se calar. Porque se ele se silenciar, onde é que estará o problema? Durante tantos anos o problema de Timor "não existiu", internacionalmente, nem internamente na própria Indonésia, só porque nele se não falava! Porque não deixaria agora de existir se se deixasse, de novo, de falar nele?

Suharto é um político muito hábil. E, se o bom senso - raro em política - prevalecer, saberá fazer a escolha que melhor convém não só aos timorenses mas também ao futuro da própria Indonésia, e que é uma rápida abertura para uma solução negociada que conduza a uma autêntica autodeterminação de Timor Leste em prazo relativamente curto. Para isso precisa de dar passos positivos e concretos nos próximos meses.

Mas, até para que essa eventual atitude de bom senso não seja impedida pelos sectores radicais e insensatos das suas Forças Armadas, a pressão e a atenção constante da Comunidade Internacional são imprescindíveis. Sob pena de o genocídio do Povo de Timor Leste continuar, e de a Indonésia se tornar num barril de pólvora demasiado quente e incontrolávelmente explosivo...

Porto, 23 de Outubro de 1994

A. Barbedo de Magalhães

people to assist them in their efforts to build a self-reliant and democratic future.

17 Frontline States

Conference welcomes the achievement of independence by Namibia on 21 March 1990, and congratulates SWAPO on its victory. Conference also welcomes the cease-fire in Angola announced in 1991. Despite these positive achievements, however, the Frontline States of Angola, Botswana, Namibia, Mozambique, Tanzania, Zambia and Zimbabwe remain economically subordinated to South Africa. Serious and widespread violence perpetrated by the MNR continues in Mozambique, despite the fact that Mozambique has adopted a multi-party system.

Conference urges the Australian Government to continue to provide economic and moral support to the Frontline States, directly and through the Southern African Development Coordination Conference, in order to help reduce their economic dependence on South Africa.

18 PNG/Bougainville

Conference -

a expresses its concern at the continuing impact on Papua New Guinea's economy and society of the unresolved conflict in Bougainville;

b expresses its particular concern at the human rights atrocities reported to have taken place in the course of the BRA seeking to assert its authority and the PNG security forces seeking to suppress it, and its desire that those alleged atrocities be fully and promptly investigated as soon as circumstances permit;

c recognises that the Bougainville problem is one for resolution by Papua New Guinea as a sovereign, independent nation, and that only a political settlement reached by Papua New Guineans themselves will produce a lasting solution;

d welcomes any proposed resumption of talks between the PNG Government and the BRA, and calls on all parties to participate constructively in such talks;

e calls on the Australian Government to continue using all available means to ensure that food, medicine and essential services are restored to the people of Bougainville, including support for Australian aid agencies seeking to operate on the island; and

f calls upon the Australian Government generally to assist in any way it can in the process of reconciliation and the subsequent rehabilitation of Bougainville.

19 East Timor

While Conference reaffirms the Prime Minister's statement of 25 July 1985 recognising the de jure incorporation of East Timor into Indonesia, it again expresses its concern at the way in which incorporation of East

Timor into Indonesia occurred, and regrets that there are no proposals for an internationally supervised act of self-determination.

Labor calls on the Australian Government to maintain active support for all international initiatives to settle the East Timor problem, especially the efforts of the UN Secretary-General.

Conference expresses its continuing concern at reports of human rights violations in East Timor and urges the Australian Government to continue by all available means to seek the alleviation of these concerns.

20 Indonesia

The ALP, recognising that occasional areas of difference arise between Australia and Indonesia due to a diversity of historical, cultural, social, political, economic and technological factors, asserts that as neighbours, we have a strong mutual interest in providing cooperation in the region to encourage peace, security, social and economic progress.

Accordingly, the ALP gives a high priority to developing more realistic, open and productive relations between Australia and Indonesia, recognising that friendship and candour are not mutually exclusive.

The ALP calls for continuation of the broadening of cultural, political and economic ties between Australia and Indonesia, and urges that appropriate interest groups in the two nations should open and maintain dialogue on matters of shared concern in regional and global issues.

The ALP supports the advancement of Indonesia's overall social and economic development as rapidly as possible, in particular the urgent need to improve the living conditions of the general population.

21 Overseas Development Assistance

This Conference reaffirms that economic development, beginning with the needs of the poorest and eliminating the disparities between rich and poor, are urgent priorities and confirms Labor's commitment to achieve the UN target for official development assistance (ODA) of 0.7 percent of GNP. Conference notes that despite Australia's current economic difficulties, Australia remains a rich country in world terms.

Conference, therefore -

a draws attention to the dramatic decline in Australia's level of foreign aid from 0.51 percent of GNP in 1983 to 0.35 percent of GNP in 1991;

b acknowledges the difficult economic circumstances and the budgetary

TEL:61-2-438 8050 31 Mar 94 9:14 No.001 P.01

RESOLUTION ON EAST TIMOR
AS CARRIED AT 1994 ALP NATIONAL CONFERENCE

1. Conference expresses its continuing concern over the situation in East Timor, and deplores the human rights abuses which have occurred since the last ALP Conference, in particular the massacre of East Timorese associated with the demonstration at the Santa Cruz cemetery in November 1991.

2. Conference calls on the Australian Government to continue to press the Indonesian Government to

   (a) make further major efforts to clarify discrepancies in the accounts of those missing following the 1991 Dili massacre;
   (b) take active measures to suppress and punish appropriately the perpetrators of human rights abuses in East Timor;
   (c) achieve a major reduction in what continues to be the oppressive military presence in East Timor;
   (d) fully respect the rights and dignity of the East Timorese people, in particular ensure the preservation of their distinctive cultural identity;
   (e) assist the East Timorese to fully develop their economy;
   (f) allow unrestricted access to East Timor by the media and by humanitarian and human rights organisations; and
   (g) as a major gesture of reconciliation, grant clemency to Xanana Gusmao and other East Timorese resistance members now imprisoned.

3. Conference further urges the Australian Government to continue:

   (a) to provide substantial aid to East Timor, through bodies which enjoy the confidence of the people and are well placed to address local needs; and
   (b) to seek permission to open an Australian Consulate in Dili.

4. Conference believes that long term reconciliation between the Indonesian Government and East Timorese people can only occur through a consultative process that fully involves representatives of all East Timorese.

5. Conference notes the continuing absence of proposals for an internationally supervised act of self-determination, and strongly supports the question of the recognition of East Timor's international status, which remains unresolved between Indonesia and Portugal and in the eyes of many other countries, being resolved through proper United Nations processes. Conference urges the Australian Government to encourage the UN Secretary-General and concerned governments to progress with greater urgency the talks being held under UN auspices towards a just, comprehensive and internationally acceptable settlement of this issue.

RESOLUÇÃO SOBRE TIMOR-LESTE APROVADA NA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO TRABALHISTA AUSTRALIANO REALIZADA EM 1994

1. A Conferência exprime a sua continuada preocupação com a situação em Timor-Leste e deplora as violações dos direitos humanos que ocorreram desde a última Conferência do Partido Trabalhista Australiano, em particular o massacre de Timorenses relacionado com a manifestação no cemitério de Santa Cruz em Novembro de 1991.

2. A Conferência pede ao Governo Australiano que continue a pressionar o Governo Indonésio para que este:

a) faça mais esforços para clarificar as discrepâncias existentes em relação ao número de desaparecidos na sequência do massacre de Dili de 1991;

b) tome medidas activas no sentido de deter e punir de forma adequada os responsáveis pelas violações dos direitos humanos em Timor-Leste;

c) reduza de forma significativa aquilo que continua a ser a opressiva presença militar em Timor-Leste;

d) respeite integralmente os direitos e a dignidade do povo de Timor-Leste, em particular garantindo a preservação da sua identidade cultural distinta;

e) ajude os timorenses a desenvolver a sua economia;

f) permita o acesso a Timor-Leste, sem quaisquer restrições, dos orgãos de informação, das organizações humanitárias e de direitos humanos; e,

g) enquanto gesto importante de reconciliação, conceda clemência a Xanana Gusmão e aos outros membros da resistência timorense actualmente detidos.

3. A Conferência apela ainda ao Governo Australiano que continue:

a) a fornecer uma ajuda substancial a Timor-Leste, através de entidades que mereçam a confiança do povo e estejam bem colocadas para responder às necessidades locais; e,

b) a envidar esforços para obter autorização para a abertura de um Consulado Australiano em Dili.

4. É convicção da Conferência de que a reconciliação a longo prazo entre o Governo Indonésio e o Povo de Timor-Leste só poderá ocorrer mediante um processo de consultas que envolva totalmente representantes de todos os Timorenses.

5. A Conferência tomou nota da ausência continuada de propostas para um acto de auto-determinação sob supervisão internacional, e dá todo o seu apoio à questão do reconhecimento do estatuto internacional de Timor-Leste - questão que permanece por resolver entre a Indonésia e Portugal e aos olhos de muitos outros países - através dos processos adequados no âmbito das Nações Unidas. A Conferência apela ao Governo Australiano que encoraje o Secretário-Geral das Nações Unidas e os Governos envolvidos a prosseguirem com maior urgência as conversações que estão a ter lugar sob os auspícios das Nações Unidas com vista a uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão.